

STJ00098759

CARLA FERREIRA FERNANDES

**A CONTESTAÇÃO DA  
PATERNIDADE À LUZ  
DO MELHOR INTERESSE  
DA CRIANÇA**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2014

Copyright © 2014 by Carla Ferreira Fernandes

Categoria: Direito Civil

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Yuri Freire dos Santos

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

DADOS INTERNACIONAIS DE  
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

F363c

Fernandes, Carla Ferreira

A contestação da paternidade à luz do melhor interesse da criança / Carla Ferreira Fernandes. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

308 p. ; 21 cm

Bibliografia: 285-298

ISBN 978-85-375-2510-4

1. Direito de família – Brasil. 2. Paternidade (Direito) Brasil. 3. Pais e filhos (Direito) – Brasil. I. Título.

CDD 346.81015

# Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	1
<b>Prefácio</b> .....	3
1. Breves considerações sobre o planejamento familiar .....	3
2. O livro “A contestação da paternidade à luz do melhor interesse da criança” .....	7
<b>Introdução</b> .....	9
<b>1. Do <i>Favor Legitimitatis</i> ao <i>Favor Filii</i></b> .....	17
1.1. <i>Favor legitimitatis</i> : a incidência no Código Civil de 1916 ....	17
1.2. <i>Favor Filii</i> : os princípios norteadores .....	40
1.2.1. Da absoluta igualdade entre os filhos .....	46
1.2.2. Da interferência mínima do Estado no Direito de Família .....	55
1.2.3. Do melhor interesse da criança e do adolescente .....	61
1.3. Estabelecimento da filiação após a Constituição Federal de 1988 .....	66
1.3.1. A filiação no estatuto da criança e do adolescente ....	66
1.3.2. A filiação no Código Civil de 2002 .....	70
<b>2. Critérios Jurídicos Vigentes de Atribuição de Paternidade</b> .....	79
2.1. A presunção legal <i>pater is est quem nuptiae demonstrant</i> : sua origem, justificativa e declínio na legislação atual .....	79
2.2. A verdade biológica: panaceia ou retrocesso? .....	106
2.3. A paternidade social: a posse de estado de filho e seus elementos caracterizadores .....	130
2.4. A jurisprudência dos tribunais nacionais diante dos conflitos de paternidade .....	151

2.4.1. Nos adúlteros <i>a matre</i> .....	151
2.4.2. Nas “adoções à brasileira” .....	157
2.4.3. Nas famílias reconstituídas .....	164
<b>3. O Vínculo de Paternidade em Face do Tempo</b> .....	175
3.1. A filiação como elemento do <i>status</i> .....	175
3.2. A estabilidade do vínculo jurídico da paternidade .....	190
3.2.1. Dignidade e condição humana .....	190
3.2.2. A construção da identidade pessoal .....	192
3.2.3. O Conhecimento da origem genética e a manutenção do estado de filiação .....	204
3.3. A limitação de direitos e pretensões no tempo .....	210
3.4. A desconstituição da paternidade: distinções necessárias .	223
3.5. <i>De lege lata</i> : A imprescritibilidade da negatória de paternidade: uma violação ao melhor interesse da criança e à dignidade do filho .....	250
3.6. <i>De lege ferenda</i> : submissão da negatória de paternidade a prazo decadencial: por uma leitura unitária do sistema de filiação no ordenamento jurídico nacional .....	267
<b>4. Conclusão</b> .....	277
<b>Referências</b> .....	285